

# Novos conteúdos para os mestres

J. USP. 04 a 10 ago. 2003 p. 5

*Dando continuidade ao Programa Construindo Sempre – uma parceria entre a USP e o governo do Estado para o aperfeiçoamento do ensino médio –, cerca de 800 professores da rede pública participam de uma série de atividades na Cidade Universitária*

O Programa Construindo Sempre – resultado de um convênio firmado entre a USP e a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo – realizou, entre 22 e 25 de julho, a Semana Presencial, que trouxe ao campus da USP cerca de 800 professores do ensino médio da rede pública. Idealizada por docentes da Faculdade de Educação, a semana contou com uma programação específica para os professores de cada uma das áreas envolvidas – Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Biologia, Química e Física –, na qual estavam incluídas aulas presenciais, videoconferências, oficinas e visitas a unidades da USP. Desta vez, o tema escolhido para discussão foi “ética e educação”. “Nós estamos renovando os conteúdos e proporcionando a esses professores uma visão mais interdisciplinar”, ressalta a professora Myriam Krasilchik, coordenadora-geral do programa.

Em primeira instância, os professores tiveram oportunidade de assistir a uma palestra ministrada pela pró-reitora de Graduação da USP, Sonia Penin. A pró-reitora discutiu a situação atual do ensino médio no País e, em especial, a importância de a Universidade contribuir com o programa de capaci-



tação. “A Semana Presencial permite que haja um maior envolvimento entre a Universidade e os professores do ensino médio”, afirma a professora Marieta Lúcia Machado Nicolau, vice-coordenadora do programa. Ela destaca o esforço não apenas da Faculdade de Educação, mas também das outras unidades envolvidas: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o Instituto de Matemática e Estatística (IME), o Instituto de Biociências (IB), o Instituto de Química (IQ), o Instituto de Física (IF) e a Estação Ciência.

Os docentes dessas unidades atuaram como tutores de grupos de professores das suas respectivas áreas e, além de monitorarem as visitas aos laboratórios, também elaboraram material impresso de apoio, para auxiliar os professores na preparação das aulas. “Esse material foi criado com o intuito de desenvolver o espírito crítico, focalizando também questões do cotidiano”, diz a professora Marieta. Ela acredita que a semana tenha sido “muito bem aproveitada pelos professores”, mas enfatiza a necessidade de manter um trabalho contínuo a

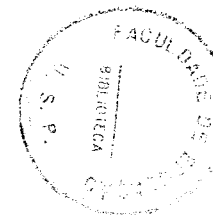
fim de obter resultados cada vez melhores nas escolas.

**Diploma na educação infantil** – Se por um lado a Universidade cumpre seu papel social e acadêmico de proporcionar uma melhor formação a professores da rede pública, por outro, o governo trata de dissipar contradições no âmbito da docência escolar. Na semana passada, a imprensa divulgou que está prestes a ser homologado pelo Ministério da Educação o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que acaba com a obrigatoriedade do diploma de nível superior para os 773 mil professores da educação infantil e das primeiras quatro séries do ensino fundamental. O que para muitos pode parecer um passo atrás, na verdade, trata-se da possível eliminação de idéias conflitantes.

Segundo o professor Nélio Bizzo, presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e vice-diretor da Faculdade de Educação da USP, há uma contradição entre dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que se refere ao grau de formação dos professores do ensino básico. Enquanto o artigo 62 diz que, para ministrar as aulas, precisariam apenas ter feito o curso normal (antigo magistério), o artigo 87 afirma que o diploma

de graduação é condição indispensável para a sua contratação. Por esse motivo, em 2000 o Ministério da Educação fixou que, a partir de 2007, sem o diploma, esses professores não poderiam mais ser contratados. “Essa redação confusa deu margem a várias interpretações. Havia muita desinformação sobre o que iria ocorrer a partir de 2007 e muitos professores estavam acreditando que perderiam o emprego”, diz. O CNE avaliou a legitimidade desses artigos e, para eliminar as contradições, decidiu que o artigo 62 prevalece. Mas, de acordo com Bizzo, essa decisão não impede que os professores continuem se aperfeiçoando. “Serão oferecidos estímulos de carreira e progressão funcional, mas a adesão aos programas de capacitação será sempre voluntária, sendo garantido o pleno exercício funcional”, destaca. Para ele, a homologação desse parecer representa um avanço na educação, tendo em vista que há inúmeros professores despendendo tempo e dinheiro para obter diplomas que não são válidos para o governo. “Com esse pavor de perder o emprego, os professores saíram correndo atrás de arapucas para conseguir papeluchos e jogaram fora um quarto do salário em um diploma sem valor”, completa.

Francisco Emolo



Foram da USP  
04 a 10 Agosto 2003 p. 5